

# CORREIO DE CAMPINAS

Divulgação/Governo de SP



Polícia Civil investiga infiltração do PPC em Campinas

## Polícia investiga PCC infiltrado na política I

A Polícia Civil está investigando uma suposta tentativa de infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) em estruturas públicas e incluiu Campinas nas investigações. A documentação aponta supostas irregularidades ocorridas de 2015 a 2017 na gestão do ex-prefeito Jonas Donizette (PSB-SP) por intermédio de Thiago Rocha de Paula. Indica que a estratégia consistia na inserção da facção criminosa mediante alianças políticas e projetos vinculados a uma fintech voltada a emissão de boletos e gestão de receitas para lavagem de dinheiro. Seis investigados foram presos ontem, e um dos mandados de busca e apreensão foi cumprido na região da Vila Brandina em Campinas.

## Polícia investiga PCC II

O processo cita o secretário-adjunto de promoção social de Nova Odessa e presidente do diretório do PSB na cidade, Mateus Rosa Tognella, ex-assessor de Jonas em Brasília. Tognella ocupou funções na Prefeitura de Campinas entre 2013 e 2020 como assessor no gabinete do prefeito e coordenador na Secretaria Municipal de Educação. Manteve o vínculo com o Executivo até março de 2021, início da administração Dário.

Divulgação



Irregularidades: intermédio de Thiago Rocha de Paula

## Polícia investiga PCC III

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 513 milhões em bens e ativos financeiros dos envolvidos no esquema de lavagem de dinheiro. À imprensa, Jonas informou que Tognella não integra seu quadro de assessores e ressaltou que o inquérito policial não possui relação com o exercício do cargo legislativo. Destacou que não possui informações sobre a conduta do antigo colaborador durante o tempo mencionado. Já a Prefeitura comunicou que a operação policial não possui vínculo com a gestão atual.

## Polícia investiga PCC IV

Segundo a Prefeitura, Tognella se desligou do governo na transição de 2021 e não possui relação com o poder público desde então. A defesa dele manifestou que o nome de Tognella consta nas investigações sem a existência de imputação formal, indiciamento ou acusação sobre conduta ilícita e ressalta a observância aos princípios da presunção de inocência.

## PINGA-FOGO

### Mito de Sísifo I

A falta de ética em Campinas gera um custo elevado para a população que depende de continuidade nas políticas públicas básicas. A constante dança das cadeiras interrompe fluxos de trabalho e obriga lideranças comunitárias e parlamentares a reiniciarem diálogos que já deveriam estar consolidados.

### Mito de Sísifo II

O caso do Núcleo Habitacional Centenário 2 exemplifica esse retardo no direito à moradia e ao documento oficial da propriedade. O vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP) precisou organizar uma nova reunião na Secretaria Municipal de Habitação para retomar tratativas de regularização fundiária.

### Mito de Sísifo III

O encontro serviu para apresentar o cenário ao recém-empossado secretário Eduardo Magoga (Cidadania-SP), que assumiu a cadeira de Henrique Cirilo, do mesmo partido, que retornou como vereador à Câmara. Enquanto isso, moradores do Centenário 2 aguardam pela escritura há 30 anos.

### Mito de Sísifo IV

Sem o registro formal das propriedades, o bairro fica impedido de receber melhorias essenciais, como pavimentação adequada e redes completas de água e esgoto. As tratativas para regularizar a área tiveram início em 2019 também por iniciativa de Ailton, mas não avançaram devido à burocracia e a incompetência da Pasta.

### Mito de Sísifo V

Campinas possui cerca de 560 núcleos habitacionais e, embora a prefeitura tenha entregue 22 mil matrículas nos últimos 2 anos, a demanda reprimida exige constância, já que interrupção de cronogramas por questões políticas faz com que comunidades permaneçam no limbo.

### Mito de Sísifo VI

Enquanto secretários mudam de cargos, indo e vindo do Executivo para o Legislativo e vice-versa, obedecendo cotas partidárias e interesses pessoais, a população, que nada tem a ver com isso, é penalizada por gerações: 30 anos não são 30 dias.



Oito servidores do Executivo estão sendo investigados

# Servidores da Prefeitura podem ser presos

## Polícia Civil investiga uso de atestados médicos falsos

Da Redação

Oito servidores da Prefeitura de Campinas podem perder os respectivos cargos e serem presos por apresentarem atestados emitidos por médicos que estão sob investigação policial por supostamente terem vendido os documentos. A Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Campinas instaurou inquérito para investigar um esquema de venda de atestados.

A Polícia Civil apura se os médicos são integrantes do esquema ou vítimas de uma quadrilha especializada na venda dos comprovantes de saúde.

A Prefeitura informou que colabora com as investigações e forneceu informações levantadas pelas secretarias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e de Saúde à polícia.

Caso sejam culpados, os servidores podem perder o emprego mesmo após a conquista da estabilidade via concurso público. A demissão ocorre quando são comprovadas irregularidades administrativas ou criminais no exercício das funções.

### Punições

No âmbito penal, o uso de documentos falsos ou a inserção de informações mentirosas em processos oficiais configuram os crimes de falsidade documental e ideológica. Tais condutas sujeitam o funcionário a penas de reclusão que variam de 1 a 6 anos além do pagamento de multas estabelecidas pelo Código Penal.

Simultaneamente o profissional responde administrativamente com base no Estatuto do Servidor, que proíbe a utilização do cargo para obter vantagens pessoais de qualquer natureza.

O estatuto também exige que o servidor mantenha lealdade integral para com as instituições públicas e respeite rigorosamente as normas legais e regulamentares vigentes. O descumprimento desses deveres funcionais compromete a permanência no serviço público e gera processos disciplinares que podem culminar na exoneração definitiva do infrator.

### Investigação

A investigação começou em janeiro com uma operação policial que identificou o furto de carimbos de cinco médicos e o uso dos objetos em documentos sob suspeita. O desdobramento gerou uma apuração reversa onde a polícia encaminhou ofícios à Prefeitura para conferir a existência de atestados entregues por funcionários públicos com as assinaturas desses profissionais.

O levantamento interno das secretarias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e de Saúde apontou que oito servidores apresentaram os documentos; agora, todos os envolvidos passam por processo investigativo.

O processo de apuração inclui consultas a bases nacionais de registro de profissionais de saúde para subsidiar o inquérito policial e identificar a autenticidade das emissões.